

Economia

FALE COM A EDITORA ISABELA LAMEGO E-MAIL: economia@redetribuna.com.br

Governo estuda salário de R\$ 590 para domésticas

O piso estadual também pode beneficiar profissionais como vendedores autônomos, manicures e cabeleireiros

Sandrine Luchi

O governo do Estado estuda a criação de um salário mínimo estadual que vai beneficiar categorias como empregada doméstica, cabeleireiro, manicure, vendedor autônomo, entre outras. O teto do salário será negociado a partir de R\$ 590.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores no Estado (CUT-ES), José Carlos Nunes, explicou que o salário mínimo estadual regularizaria a remuneração de trabalhadores que não pertencem a categorias de base.

“Para as outras categorias que recebem o salário estabelecido pelo governo federal, o teto estadual servirá de referência para negociação salarial entre os sindicatos e as empresas”, afirmou.

Nunes disse que assim que o governo sinalizar a criação do salário estadual, a CUT vai negociar valores que terão como base os aplicados em outros estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Os salários estaduais são a partir de R\$ 590 e no Rio Grande do Sul há categoria que chega a receber R\$ 663.

Representantes da CUT, Federação dos Trabalhadores na Agricultura e da Federação das Associa-



FERNANDO RIBEIRO/AT

AS VENDEDORAS Mônica Fermou e Sirlene de Jesus disseram que aprovam o salário estadual

ções dos Moradores e dos Movimentos Populares do Estado estiveram reunidos ontem com o vice-governador Givaldo Vieira para tratar da criação do salário mínimo estadual e outros assuntos.

Em nota, a assessoria de imprensa do vice-governador informou que cada uma das reivindicações registradas será direcionada à secretaria responsável pelo tema.

Uma reunião será agendada até o fim do mês para dar o retorno aos trabalhadores do que poderá ser feito e negociado.

No ano passado, foi realizado

pelo Instituto Jones dos Santos Neves um estudo para avaliar a viabilidade do salário estadual.

O coordenador da rede de estudos de economia do setor público e bem-estar do órgão, Magnus Castro, afirmou que o resultado mostrou que não é viável porque a renda per capita do Estado é muito próxima ao índice nacional.

“O Estado perderia produtividade e ao longo dos anos diminuiria o PIB”, disse.

As vendedoras Mônica Gonçalves Fermou e Sirlene de Jesus Barreiros aprovam o salário estadual.

AS REIVINDICAÇÕES

- > PISO SALARIAL estadual superior ao valor do salário mínimo nacional.
- > COMPROMISSO do governo na manutenção do Banestes e Cesan públicos e estaduais.
- > CRIAÇÃO de uma universidade estadual pública, a ser mantida com recursos oriundos dos royalties de petróleo.
- > INCLUSÃO da rubrica “Trabalho” no nome da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Direitos Humanos.
- > IMPLANTAÇÃO do orçamento participativo, como forma de democratizar a peça orçamentária e garantir participação da população na destinação dos gastos públicos.
- > CRIAÇÃO de uma instituição pública para a formação de pessoas que vão trabalhar com qualificação.
- > INCLUSÃO do Dia do Trabalhador no calendário oficial do Estado, com gratuidade de passagens no sistema Transcol nesta data.

Fonte: CUT/ES

ANÁLISE

Antônio Marcus Machado,
economista e professor da UUV

“Forma de proteger o trabalhador”

“A questão da criação de um salário mínimo pode ser uma forma de proteger o trabalhador da lei de oferta e demanda, quando muitos desempregados forçam o valor da remuneração para baixo.

Mas também permite que uma pessoa que tenha alta produtividade seja remunerada por um valor menor que o merecido, em razão de um argumento legal, praticado pelo mercado. No caso do Estado, é uma ideia interessante já que o setor de serviços é um grande empregador e pouco regulado. Desde que seja bem articulado e debatido, esse tema pode ser bem-vindo.”

ENTENDA

- > O SALÁRIO mínimo estadual vai beneficiar trabalhador rural, manicure, cabeleireiro, empregada doméstica, vendedor autônomo, costureira, jardineiro, entre outros. O valor vai ser a partir do já existente em outros estados, que é de R\$ 590.
- > A CUT acredita que com o teto estadual seja possível a negociação de salário de outras categorias.
- > O GOVERNO estuda a viabilidade da criação do salário estadual e vai dar resposta até o fim do mês.